



## COMUNICADO

Tendo vários órgãos de comunicação social noticiado que o Projecto de Alta Velocidade/TGV está dependente de decisão do Tribunal de Contas, esclarece-se o seguinte:

1. Qualquer decisão sobre a Rede de Alta Velocidade/TGV cabe aos órgãos próprios com competência na matéria;
2. A fiscalização prévia /visto sobre o contrato de concessão incide exclusivamente sobre a legalidade do contrato e do seu procedimento jurídico de formação, não abrangendo quaisquer outras questões, devendo clarificar-se que a execução do contrato envolve decisões políticas e administrativas que não estão apenas ligadas à concessão de visto;
3. Esclarece-se, finalmente, que as decisões do Tribunal de Contas em sede de fiscalização prévia são sempre colegiais.

Lisboa, 13 de Abril de 2011.

O Director-Geral,  
José Tavares